

3ª Reunião do Comitê Gestor do Comitê de Estatísticas Sociais

18 de abril de 2012, de 10h às 13h

**Local – Salão Nobre do Ministério do Planejamento
Esplanada dos Ministérios - Bloco K - 9º andar - Brasília - DF**

✓ Participantes

Anastassia S. D. Borborema – MPS
Aumara Bastos Feu Alvim de Souza – MPOG
Claudio Dutra Crespo – IBGE
Elias Antônio Jorge – MS
Fabiola S. Vieira – MS
Iara Ferreira Pinheiro – MEC
Jailson Manguiera Assis – IBGE
Júnia Quiroga – MDS
Marcia Maria Melo Quintslr – IBGE
Maria Emilia P. Veras – MTE
Marilia Biangolino Chaves – IBGE
Martim Ramos Cavalcanti – MPOG
Rui Moreira Braz – MS
Vladimir de Andrade Stempliuk – MJ
Wagner Vilas Boas de Souza – MEC
Zélia Magalhães Bianchini – IBGE

- ✓ A reunião foi iniciada com a apresentação dos participantes. Marcia Quintslr ressaltou que a presença do representante do Ministério da Justiça, Vladimir Stempliuk, embora ainda não faça parte oficialmente do Comitê de Estatísticas Sociais, foi uma demanda realizada pelo Grupo Executivo, uma vez que este ministério é um produtor consolidado de estatísticas sociais.
- ✓ Elias Jorge, consultor do Ministério da Saúde e antigo membro do Comitê de Estatísticas Sociais pediu a palavra para fazer um informe. Citou o grande bombardeio que a FIESP faz sobre o Governo fazendo uso do impostômetro e que seria importante ter como contrapartida um contador de benefícios na área de proteção social, que incluiria trabalho, educação, saúde, assistência e previdência. Assim seria possível medir a quantidade de pessoas beneficiadas e o volume de recursos destinados a esta área. Ainda segundo Jorge Elias, é preciso elevar o nível do debate e discutir tributação em conjunto com arrecadação e aplicação. Finalizou pedindo atenção ao desvio de recursos da DRU para fins que não sejam sociais e rediscutir impostos progressivos, como a extinta CPMF.
- ✓ A proposta de agenda (Anexo) foi aprovada pelos participantes.

- ✓ Diretrizes e orientações do Comitê Gestor do Comitê de Estatísticas Sociais
 - Marcia Quintslr fez um breve resumo sobre os objetivos e a composição do Comitê de Estatísticas Sociais de Estatísticas Sociais, uma vez que esta foi a primeira reunião após a mudança do Governo Federal e houve mudanças de membros do Comitê de Estatísticas Sociais.
 - Citou a página do Comitê de Estatísticas Sociais que contém toda a documentação produzida, com o seu acesso podendo ser feito pela página principal do IBGE ou diretamente através do link www.ibge.gov.br/projetos/comite_estatisticas_sociais/.
 - Observou ainda, que o IBGE naturalmente coordenou as atividades do Grupo Executivo

em função de sua missão.

✓ Informe da portaria interministerial

- Segundo Zélia Bianchini, a portaria já havia tramitado por todos os ministérios envolvidos, inclusive já estava com assinatura dos Ministros, com exceção da Secretaria de Assuntos Estratégicos, da qual o IPEA faz parte. A partir de então o processo deve ser mais rápido. É esperado que já tenha formalização até a próxima reunião do Comitê Gestor.
- Wagner Vilas Boas de Souza sugeriu acrescentar artigo com revogação da portaria 311, que fez a nomeação dos representantes titulares e suplentes do Comitê de Estatísticas Sociais. Fabiola Vieira entende que é complicado fazer uma portaria mudando outra e que seria melhor fazer uma nova portaria que revogasse a antiga. Martim Cavalcanti disse que o texto da nova portaria foi feito com o auxílio da CONJUR do Ministério do Planejamento, cujo entendimento é que não é necessário revogar a antiga portaria, mas apenas modificá-la.

✓ Marco teórico das Nações Unidas sobre Políticas Sociais

- Marcia Quintslr apresentou o marco teórico definido por especialistas das Nações Unidas. O marco pode ser definido como o conjunto de dados estatísticos sociais unificados por metodologias comuns, que abordem os seguintes aspectos fundamentais essenciais: população; família e comunidade; saúde; educação e capacitação; trabalho; recursos econômicos (rendimentos e consumo); habitação; vitimização e justiça; e cultura e recreação.
- Segundo Marcia Quintslr, tudo o que o Comitê de Estatísticas Sociais já discutiu está contido neste marco da ONU e que ele tem ajudado e orientado os trabalhos do Grupo Executivo.
- Júnia Quiroga questionou se o Ministério das Cidades também deveriam fazer parte do Comitê de Estatísticas Sociais. Marcia Quintslr respondeu que de acordo com o marco o Ministério das Cidades poderiam fazer parte do grupo, mas o Comitê fez a opção de que apenas os grandes produtores fizessem parte. É uma questão que tem que ser avaliada.
- Vladimir Stempliuk disse que o primeiro contato com o Ministério da Justiça se deu através da SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, mas que a SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública também consolida dados dos estados para o Ministério da Justiça. Para Marcia Quintslr, a nova portaria diz que o Ministério deve indicar os representantes e que deve eleger as bases mais consolidadas para constar do inventário do Comitê de Estatísticas Sociais.

✓ Avanços do Grupo Executivo sobre lacunas

- Dentre as atribuições do Grupo Executivo, Marcia Quintslr destacou a identificação de lacunas nas bases de dados documentadas. Esta é uma informação chave para que o IBGE e os ministérios melhorem sua produção de estatísticas para melhor atender aos usuários.
- Jailson Assis fez uma breve apresentação sobre o trabalho do Grupo Executivo na identificação de lacunas.
 - Como primeiro passo cada instituição identificou as lacunas em suas próprias bases de dados, através de suas próprias observações ou por demandas de usuários. Num segundo momento, o trabalho consistiu em procurar identificar as lacunas nas bases das outras instituições. Neste último caso, o Grupo Executivo optou por analisar as bases de dados por grandes temas: trabalho, educação,

saúde e pobreza.

– No tema Educação foram identificadas algumas lacunas, como por exemplo, ausência de dados sobre brasileiros que estudam no exterior, como o setor privado investe em educação e que o indicador de rendimento médio dos professores não é adequado usando os dados da PNAD, tendo tido a sugestão de utilizar os dados da RAIS.

– No tema Saúde, foram levantados os indicadores divulgados por instituições internacionais, identificando aqueles que não são divulgados para o Brasil. Entretanto, ainda não foram identificadas as lacunas pertinentes ao tema.

– Os avanços sobre o tema Pobreza vão ser discutidos na próxima reunião do Grupo Executivo.

– Para o tema Trabalho, o Grupo Executivo tomou por base as recomendações da OIT, mais especificamente da Convenção 160. Foram identificadas lacunas em relação aos itens (1) custo da mão-de-obra; (2) lesões e enfermidades provocadas por acidentes de trabalho; e (3) conflitos do trabalho. Em relação ao item (1), identificou-se que os dados provenientes da PNAD e POF permitem apenas uma estimativa parcial do custo do trabalho, pois não captam alguns componentes, como custos com treinamento, serviços e transporte, os quais não se transformam em renda monetária para o trabalhador. Neste caso foi sugerida a utilização de pesquisas setoriais do IBGE: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), Pesquisa Industrial Anual (PIA), Pesquisa Anual de Serviços (PAS) e Pesquisa Anual do Comércio (PAC), todas contêm dados tanto sobre a remuneração paga aos empregados quanto sobre outros custos relacionados à contratação de trabalho. Ainda há espaço para melhorar as informações sobre custos do trabalho nos setores agropecuário e da administração pública. Para o item (2) verificou-se que há muito sub-registro do número de acidentes do trabalho, pois Ministério da Previdência só consegue captar informações do mercado formal. Foi sugerido que para analisar este item, sejam utilizadas diversas fontes de dados, como o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT do Ministério da Previdência, a RAIS do Ministério do Trabalho, a Autorização de Internação Hospitalar – AIH, o Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM e Sistema de Informações de Agravos de Notificação – SINAN do Ministério da Saúde. No item (3) foi identificado que o Ministério do Trabalho e Emprego, embora já tenha feito pesquisas sobre greves, não mais possui informações sobre conflitos do trabalho. Foi sugerida a alternativa de utilizar o Sistema de Acompanhamento de Greves – SAG do DIEESE, embora não cubra todas as categorias de conflitos no trabalho.

– Ainda no tema Trabalho, foi levantado que a terceirização e subcontratação são difíceis de serem medidas. Uma possibilidade seria a utilização dos dados da GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) do Ministério da Previdência. Entretanto, o Ministério da Previdência ainda não possui capacidade tecnológica para fazer processamento e divulgação desta base, tendo em vista que são recebidos cerca de 35 milhões de registros a cada mês.

- Martim Cavalcanti expressou preocupação com as lacunas e demandas principalmente por parte do Governo para avaliação de seus programas. É necessário que se tenha bases históricas e que suas séries sejam mantidas. Concorde que tem que melhorar as pesquisas, mas mantendo compatibilidade com as anteriores. É preciso sempre ter atenção a isto. Marcia Quintslr respondeu que sem dúvida este é um ponto a ser considerado. Citou o exemplo da PNAD Contínua, que está sendo feita em paralelo com a antiga PNAD por dois anos. Disse ainda que é preciso avançar na utilização de registros administrativos que possam servir para informação estatística.
- Rui Braz citou os indicadores da RIPSAs, que deve ter continuidade com o trabalho da

RIPSA. Marcia Quintslr respondeu que o Comitê de Estatísticas Sociais tem trabalhado nas bases de dados primárias e que a RIPSA usa indicadores. O objetivo é avançar na integração das bases e invalidar ou concorrer com a RIPSA.

- Martim Cavalcanti destacou que, no tema trabalho é preciso aumentar a produtividade para aumentar a produção de riqueza. Este ponto irá permear as discussões de economia nos próximos anos. Lembrou também a necessidade de investimento em treinamento de pessoal e questionou se há informações de rendimento na POF. Marcia Quintslr entende que a questão da produtividade pode ser colocada como lacuna para o Comitê de Estatísticas Econômicas e que a POF traz detalhamentos sobre rendimentos, que inclusive podem ser linkados com o consumo para medir pobreza.
- Ainda segundo Martim Cavalcanti, a escassez de informações da administração pública não se aplica para o Governo Federal, mas apenas às administrações estaduais e municipais, e talvez no Legislativo e na Justiça.
- Anastassia Borborema entende que o Ministério da Previdência ainda deve discutir com a Dataprev sobre a possibilidade de utilização dos dados da GFIP.
- Vladimir Stempluk citou que a Casa Civil tem um grupo de trabalho sobre o crack e que seria interessante uma parceria com eles para identificação de lacunas neste tema. Marcia Quintslr disse que é importante o Comitê de Estatísticas Sociais estar informado sobre estas iniciativas.

✓ Considerações sobre as linhas de trabalho demandadas pelo Comitê Gestor

- Em relação a publicação anual, Zélia Bianchini informou que o Grupo Executivo avaliou que:
 - frente ao desafio de selecionar indicadores que avaliem a evolução das políticas públicas existentes, dado seu impacto político, dificuldade em definir as prioridades, a complexidade e o volume de trabalho e diante das atividades já iniciadas não seria oportuno, neste momento, desviar esforços para este enfoque. Entretanto, houve defesa de elaboração de análise dos dados compilados pelo Comitê de Estatísticas Sociais;
 - a eleição de indicadores que priorizem uma ou outra política não seria uma atribuição prioritária e nem trivial para o Grupo Executivo;
 - uma publicação que passaria pelo crivo de vários ministérios, dado que seriam avaliadas políticas públicas executadas por estes órgãos, isto requereria um grande esforço de articulação política;
 - uma alternativa é a de apresentar indicadores selecionados pelas instituições no formato de um folder, tendo como exemplo o instrumento produzido para o IDB-RIPSA (Indicadores de Dados Básicos da Saúde);
 - considerando a necessidade de criar uma cultura de apresentação integrada das bases, outra alternativa é que nesta etapa de trabalho invista-se em uma ferramenta que propicie a integração das bases de dados existentes, como por exemplo, um sistema de indicadores georreferenciados;
 - propor reunião ampliada das duas instâncias do Comitê de Estatísticas Sociais sobre iniciativas recentes para integração, documentação, harmonização e acesso às bases de dados (INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais, INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, SDMX – Statistical Data and Metadata eXchange, REES – Reunião Especializada de Estatísticas do MERCOSUL e LAI – Lei de Acesso à Informação).
- Em relação a documentação sobre acesso às bases de dados, Zélia Bianchini informou que o Grupo Executivo avaliou que o trabalho avançou quanto às formas de disseminação dos dados, e falta sistematização sobre as formas de acesso para o uso público, sobre os critérios de acesso, a padronização do tratamento do sigilo, etc. A LAI

(Lei de Acesso à Informação) coloca um novo cenário e urgência no qual estas questões deverão ser tratadas.

- Martim Cavalcanti entende que o IBGE tem que exercer um papel de liderança, mostrando qual o caminho tem que seguir com propostas concretas. Citou o exemplo do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM).
- Marcia Quintslr disse que com a criação da Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul – REES, os países passam a ter tarefa para harmonizar suas produções. Disse ainda que a presidenta do IBGE, Wasmália Bivar, fará reuniões com as instâncias do Mercosul. Além disto, é preciso manter contato com os ministérios para evitar duplicação de esforços. Sobre a publicação, entende que deve ficar para um outro momento.
- Marcia Quintslr disse que os questionários e informações da área social demandados por organismos internacionais são pontos estratégicos e devem ser cuidados pelo Comitê de Estatísticas Sociais. Já existe uma boa interação neste ponto entre IBGE e INEP, assim como IBGE e MTE. Citou que o IBGE participou de reunião sobre o IDH para discutir as diferenças entre os dados que são utilizados para o cálculo do índice e os dados que são enviados pelas instituições oficiais brasileiras. Isto mostra que é um ponto estratégico e com um peso político internacional muito grande.

✓ Segundo Seminário Nacional e recomendação para Seminário Internacional

- Zélia Bianchini informou que inicialmente a ideia era fazer um seminário internacional, mas por enquanto o Grupo Executivo avaliou que deve ser feito o Segundo Seminário Nacional com participação de experiências internacionais. A proposta é que este seminário seja realizado na segunda quinzena de novembro de 2012.
- Marcia Quintslr disse que um dos objetivos do seminário é prestar contas do que foi feito. Ainda é preciso consolidar o nacional para depois realizar um seminário internacional.
- Claudio Crespo sugeriu que o Ministério das Cidades pudesse participar como convidado, pois têm produção de informação primária com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS.

✓ Atualização das diretrizes e conclusões

- Marcia Quintslr disse que com a entrada do Ministério da Justiça todos os produtores consolidados participam do Comitê de Estatísticas Sociais. Relatou que a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério das Cidades estão demandando participação no Comitê, mas entende que por agora eles podem participar como convidados e que este assunto poderia ser tratado na próxima reunião do Comitê Gestor.
- Agendar reunião sobre as iniciativas para integração, documentação, harmonização e acesso às bases de dados (INDE, INDA, SDMX, REES e LAI).
- Para a próxima reunião do Comitê Gestor, ficam agendados três pontos:
 - Discutir novas adesões ao Comitê de Estatísticas Sociais.
 - Informes dos avanços do Grupo Executivo.
 - Atualização das diretrizes do Comitê de Estatísticas Sociais à luz da reunião sobre INDE, INDA, SDMX, REES e LAI.

ANEXO

3ª Reunião do Comitê Gestor do Comitê de Estatísticas Sociais 18 de abril de 2012, de 10h às 13h

Local – Ministério do Planejamento
Bloco K - Salão Nobre – 9º Andar

Brasília – DF

Sugestão de Agenda

1. Apresentação dos participantes.
2. Aprovação da Agenda pelos participantes.
3. Diretrizes e orientações do Comitê Gestor do Comitê de Estatísticas Sociais.
4. Informe da portaria interministerial.
5. Apresentação do marco teórico das Nações Unidas sobre Políticas Sociais.
6. Apresentação dos avanços do Grupo Executivo sobre lacunas.
7. Considerações sobre as linhas de trabalho demandadas pelo Comitê Gestor.
 - 7.1. Publicação anual
 - 7.2. Documentação sobre acesso às bases de dados
 - 7.3. Questionários e informações da área social demandados por organismos internacionais.
8. Segundo Seminário Nacional e recomendação para Seminário Internacional.
9. Atualização das diretrizes e conclusões.